

EDUCAÇÃO INTEGRAL: DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA ATÉ A ATUALIDADE NA PARAÍBA

Luana Vieira Batista ¹

INTRODUÇÃO

Oferecer uma educação capaz de promover o desenvolvimento da criança e do adolescente em suas múltiplas dimensões, considerando o corpo, a mente e a vida social, no sentido da construção da cidadania, do sujeito autônomo, crítico e participativo, é um dos principais objetivos da Educação Integral, proposta introduzida no Brasil a partir da década de 1930 por Anísio Teixeira e uma ação cada vez mais recorrente nas políticas educacionais da atualidade. Incentivada como “soluções políticas e pedagógicas criativas e consequentes para o combate às desigualdades sociais e para a promoção da inclusão educacional” (BRASIL, 2009, p.12), o ensino integral tornou-se um dos focos das ações educacionais do Estado da Paraíba, a partir da implementação das Escolas Cidadãs Integrais em 2016, com o objetivo de assegurar uma educação pública universal e de qualidade.

Este trabalho visa obter uma melhor compreensão da construção da proposta de educação em tempo integral que vem se consolidando na educação brasileira, em especial no estado da Paraíba, tendo como objetivo analisar, a partir da realidade da capital João Pessoa, de que forma as ações tomadas pelo governo estadual vem contribuindo para uma execução efetiva da proposta da educação integral e identificar os principais desafios de sua implementação.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para a realização deste trabalho, adotou-se a pesquisa de cunho explicativa para a compreensão da evolução histórica da educação integral no país, com base em autores como Paro (1988), Gadotti (2009), Cavaliere (2010), Nagle (1976) e Teixeira (1967) e de cunho exploratório, para analisar a realidade deste regime de ensino na atualidade, a partir da implantação das Escolas Cidadãs Integrais na Paraíba, utilizando os dados disponibilizados no site do PNE, o Plano Estadual de Educação, confrontando com os resultados da pesquisa de Leite (2018), realizada nos primeiros anos da implantação do novo modelo educacional para uma análise qualitativa em relação às metas estabelecidas pelo PNE e as ações do governo do Estado.

DESENVOLVIMENTO

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

A educação integral passou a integrar os debates educacionais no Brasil a partir do início do século XX, numa época de intensas transformações sócio-políticas e econômicas. O aceleramento da industrialização e a crescente urbanização fez surgir uma efervescência educacional decorrente da necessidade de ampliar o alcance das escolas de ensino primário e atingir as massas, instruindo-as, através da alfabetização de letras e números, preparando-as para atuar no mercado de trabalho e torná-las cidadãs, aptas para o voto.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, lvb8504@gmail.com

O “entusiasmo pela educação” (NAGLE, 1976), que se instalou no ideário nacional e disseminou a valorização da educação como difusora do ensino e principal meio de erradicação do analfabetismo, culminou, no entanto, em uma improvisação educacional decorrente da falta de investimentos e políticas públicas efetivas na área, as quais sofremos as consequências até os dias atuais.

Anísio Teixeira, grande entusiasta da educação no Brasil e integrante do grupo de intelectuais que assinaram o Manifesto dos Pioneiros de 1932, dedicou sua vida à luta por uma educação digna e de qualidade para todos, principalmente para aqueles que se encontravam às margens da sociedade e não possuíam condições de permanência no espaço escolar. A partir do seu encontro com John Dewey e o contato com um formato diferenciado de educação – a americana – Anísio trouxe para o Brasil uma concepção de educação como vida e descoberta e não como preparação ou conserto, o que implicou em novas maneiras de organizar o cotidiano da experiência escolar e criou a necessidade de sua diversificação e ampliação, conforme aponta Cavaleire (2010).

Para tal, criou em 1950 o Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador, BA, o primeiro complexo educacional construído para adotar o ensino de tempo integral no Brasil. Conhecida também como Escola-Parque, o projeto pretendia atender um total de quatro mil alunos que ficariam distribuídos entre as **escolas-classe**, onde aplicava-se o ensino convencional, com o desenvolvimento da leitura, escrita, aritmética e ciências físicas e sociais; e a **escola-parque**, local em que os alunos praticavam as atividades sociais e artísticas, de trabalho e de educação física. As atividades eram desenvolvidas em horários alternados de forma a manter a criança sob os cuidados da instituição escolar durante o dia inteiro, reestabelecendo à escola primária, o seu dia letivo completo.

A organização da escola, pela forma desejada, daria ao aluno a oportunidade de participar, como membro da comunidade escolar, de um conjunto rico e diversificado de experiências, em que se sentiria, o estudante na escola-classe, o trabalhador, nas oficinas de atividades industriais, o cidadão, nas atividades sociais, o esportista, no ginásio, o artista no teatro e nas demais atividades de arte, pois tôdas (*sic*) essas atividades podiam e deviam ser desenvolvidas partindo da experiência atual das crianças, para os planejamentos elaborados com sua plena participação e depois executados por elas próprias. (TEIXEIRA, 1967)

Apesar de não ter o projeto concluído em sua totalidade, o modelo educacional do Centro Educacional Carneiro Ribeiro tornou-se referência nos país e foi replicado na capital que se construía em Brasília nos anos 1960. Das 28 escolas-parque planejadas, cinco foram concluídas e estão ativas até os dias atuais.

Conforme apontado por Gadotti (2009), os anos seguintes registraram alguns movimentos educacionais voltados para a educação integral dentre os quais destacam-se os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) no Rio de Janeiro, idealizado por Darcy Ribeiro com base nos ideais de Anísio Teixeira que mais para frente, durante o governo Fernando Collor/ Itamar Franco (1990-1994) seriam chamados de Centros Integrados de Atendimento às Crianças (Ciacs) e depois Centros de Atenção Integral à Criança (Caics). Posteriormente, já em 2002, a implantação dos Centros Educacionais Unificados (Ceus) em São Paulo, destacou-se pelo projeto intersetorial que somava a atuação de diversas áreas sociais para atender à demanda educacional das camadas populares em tempo integral.

EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ATUALIDADE

O avanço das ações educativas relacionadas à educação integral ao longo dos anos, refletiu na implantação deste regime educacional no Sistema Formal de Ensino Brasileiro,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

através de legislações específicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96 – em seu Art. 1º prevê que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e às práticas sociais. Mais especificamente sobre a educação integral, o Art. 34 determina uma ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o tempo integral. (BRASIL, 1996)

Em sua última edição, o Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado em 2014, apresenta um posicionamento mais firme e determina a educação integral como objetivo para o Ensino Básico e estabelece como uma das metas para 2024 “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica” (BRASIL, 2014). Ressalta-se, porém, a importância de não tomar o tempo escolar como único parâmetro nesta meta, é necessário que haja um projeto pedagógico para ampliar também as atividades desenvolvidas no período escolar, atendendo assim, o pressuposto de uma formação global e integradora.

EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PARAÍBA – ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL (ECI)

Na Paraíba, as Escolas Cidadãs Integrais são o modelo de escola pública de período integral implantado para atender aos alunos da rede estadual. A política pública nacional voltada para a ampliação do horário escolar determinada a partir do PNE passou a ser adotada também no Plano Estadual de Educação, na busca por atender as metas determinadas.

O programa Escola Cidadã Integral (ECI) foi instituído em 2016 com 8 unidades escolares em todo o Estado. Em 2017 aumentou para 33 unidades e, atualmente, conta com 153 Escolas Cidadãs Integrais divididas nas modalidades ECI, ECI Técnicas ou ECI Socioeducativas.

A proposta pedagógica das ECIs, de acordo com as Diretrizes Operacionais de 2019, inclui a ampliação da jornada escolar, além de um currículo que busca contemplar os aspectos cognitivos e socioemocionais a partir dos pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Segundo as Diretrizes

O objetivo é oferecer os fundamentos de uma escola inclusiva e que visa formar o cidadão para os desafios do século XXI, como também para as exigências profissionais colocadas pelo mundo contemporâneo, tendo como ponto de partida o educando e buscando desenvolver os pilares essenciais para a formação de indivíduos que possam contribuir com a sociedade a partir de sua autonomia, das diferentes competências, tudo isso centrado no incentivo e desenvolvimento do protagonismo juvenil. (PARAÍBA, 2019a, p.104)

Em um dia letivo, com duração de 9 horas e 30 minutos, os alunos trabalham as disciplinas obrigatórias, com base nos conteúdos da BNCC e podem escolher as disciplinas eletivas (música, teatro, cinema, empreendedorismo e fotografia) para aprofundar os conteúdos trabalhos em sala e enriquecer o currículo. Para complementar a carga horária, os estudantes podem ingressar nos Clubes Juvenis, “uma das premissas norteadoras do modelo Escola Cidadã Integral, que tem por objetivo a convivência e o desenvolvimento da solidariedade e respeito às diferenças” (PARAÍBA, 2019b). Faz parte também da rotina pedagógica projetos como: Protagonismo Juvenil, Projeto de Vida, Estudo Orientado, Acolhimento, Tutoria, Salas Temáticas, Práticas Experimentais, Conselhos de Classe e Preparatório Pós-Médio.

Além da conclusão do Ensino Médio com a proposta de uma formação integral e integradora, aos alunos da modalidade Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT), são oferecidos 39 cursos com foco no ensino profissionalizante.

As Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas (ECIS) funcionam de modo semelhante às demais, com o objetivo, no entanto, de atender ao público específico de jovens e adultos e proporcionar sua reinserção na sociedade e futura integração ao mercado de trabalho. O modelo educacional adotado para esta modalidade é a mesma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estruturada no processo e ensino-aprendizagem através dos ciclos (PARAÍBA, 2019a).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da implantação das Escolas Cidadãs Integrais desde 2016, a Paraíba vem alcançando resultados satisfatórios em relação às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Como apontam os dados do relatório do PNE (BRASIL, 2018), com base no 2º ciclo de 2018, o Estado apresenta no indicador 6A (Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral) a taxa de 26,2%, enquanto a meta nacional é de 25% até 2024.

Já no indicador 6B (Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares) a Paraíba apresenta a taxa de 36% em vista dos 50% estabelecidos pela meta para 2024, enquanto o índice nacional, conta com 28,6% (BRASIL, 2019).

Apesar dos números favoráveis, observa-se uma considerável queda nas taxas de ambos os indicadores, em relação ao período analisado anteriormente, com base no 1º ciclo de 2016, que coincide com a implantação das ECIs na Paraíba. No indicador 6A, a taxa era de 30% e no 6B, 49,3% (BRASIL, 2019).

Esta variação negativa pode ter uma explicação apontada pela socióloga Maria Eduarda Pereira Leite através de seu estudo, realizado em 2018, em que analisou os embates gerados entre a sociedade e o governo pela implementação das Escola Cidadãs Integrais em João Pessoa, capital da Paraíba. A autora destaca algumas questões apontadas por professores e alunos que nos auxiliam para uma compreensão inicial desta defasagem.

Em seu artigo, Leite indica a existência de três fatores que corroboram com os dados apresentados pelo PNE: a falta de estrutura adequada das escolas, número insuficiente de vagas para todos os alunos e a evasão escolar.

Inicialmente, é válido destacar que, assim como Leite (2018), outros autores como Gadotti (2009), Paro (1988) e o próprio Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015) confirmam que a educação integral no sistema público de ensino tem como pressuposto o atendimento às camadas populares da sociedade, na intenção de ampliar a responsabilidade social da escola, buscando amenizar os problemas sociais, ainda que não estejam ligados às questões pedagógicas (PARO, 1988).

Sendo assim, observa-se, através da pesquisa de Leite (2018), que, por tratar-se de escolas localizadas em regiões de menor nível socioeconômico, existe a necessidade de muitos alunos trabalharem no contra turno escolar para a complementação da renda familiar, excluindo-os da possibilidade de participar de uma educação integral e integradora. Neri (2009) explica que se faz necessário que o jovem encontre na escola a motivação para mantê-lo dedicado aos estudos ao invés de ingressar no mercado de trabalho. Para isso, depende da taxa de retorno social, onde o sistema político educacional deve responsabilizar-se em oferecer os benefícios que garantirão a este aluno as condições de dedicar-se a sua formação em busca de uma vida digna.

Outro problema apontado por Leite é a falta de vagas para atender a demanda local de alunos pelas ECIs. Segundo a pesquisa, escolas que atendiam 1.800 alunos, com a implantação da jornada integral passaram a atender somente 500 estudantes, os quais tiveram que passar por processo seletivo para garantir a vaga. Outra escola selecionada para a implantação do regime integral perdeu 90% dos alunos com a transição, restando somente 37 alunos em três turmas. Conforme contestado por uma aluna da rede, nos bairros em que a única escola da região foi

selecionada pra aderir ao programa, alunos e famílias sofreram um grande impacto com a mudança.

Por fim, constata-se ainda a falta de infraestrutura adequada para o acolhimento destes alunos durante as 9 horas e meia de período letivo diário, determinando-os a permanecerem em escolas desprovidas de cozinha, banheiros para tomar banho, alimentação, salas de descanso, laboratórios, ginásio entre outros elementos necessários para propiciar uma educação integral de qualidade (LEITE, 2018).

Compreende-se que para haver um desempenho satisfatório na qualidade do ensino, deve-se garantir, entre outras coisas, que as escolas possuam uma infraestrutura adequada para realização das atividades de uma educação de tempo integral, assim o Plano Estadual de Educação da Paraíba demonstra a conscientização do desafio de garantir o aspecto qualitativo das escolas e apresenta algumas ações que se referem às melhorias necessárias:

A Rede Pública oficial da Paraíba deve ser contemplada com investimentos que garantam a melhoria das condições de oferta, a exemplo da adequação das propostas pedagógicas, da reestruturação das instalações físicas e da aquisição de equipamentos didático-pedagógicos e professores devidamente formados e valorizados [...] Por isso, é essencial que o Estado invista, com a colaboração da União, em reformas, ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, salas de leitura, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como material didático e formação de professores, gestores e técnicos pedagógicos (PARAÍBA, 2015).

Desta forma, faz-se necessário o acompanhamento das ações do governo estadual para observar seu comprometimento na execução de uma proposta de educação integral efetiva, buscando encontrar as soluções para vencer os principais desafios de sua implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há de se convir que uma mudança estrutural em qualquer segmento da sociedade demanda tempo, dedicação e esforço além dos constantes riscos e falhas possíveis ao longo do processo. A semente plantada por Anísio Teixeira no início do século XX sobre a conscientização da necessidade de uma proposta pedagógica inovadora, que visa a formação integral de um cidadão preparado para enfrentar os desafios da vida social, como também as exigências profissionais, através de uma jornada escolar ampliada e currículo diversificado que buscam desenvolver as habilidades essenciais para a formação de indivíduos autônomos, críticos e com responsabilidade social, gera frutos até os dias atuais.

Apesar de alguns aspectos negativos encontrados ao longo desta pesquisa como a problemática da evasão escolar, a falta de vagas para todos os alunos e escolas com infraestrutura inadequada para uma educação de tempo integral, na Paraíba, as estatísticas apontam a educação de tempo integral para um horizonte de perspectivas positivas com a implantação do modelo das Escolas Cidadãs Integrais e sua proposta pedagógica diferenciada.

Cabe-nos agora, acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas para intervir nas problemáticas em questão e expandir esta pesquisa para investigar de que forma as ações traçadas na proposta pedagógica estão sendo aplicadas no cotidiano escolar e quais suas contribuições para o desenvolvimento de processo de ensino-aprendizagem eficaz.

Palavras-chave: Educação Integral, Escola Cidadã Integral, Paraíba.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Educação Integral:** texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, SECAD, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE.** Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Relatório Linha de Base - INEP.** 2018. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php> Acesso em: 02 ago. 2019.

CAVALIERIE, A. M. *Anísio Teixeira e a educação integral.* **Revista Paidéia,** Ribeirão Preto, SP, v.20, n. 46, p. 249-259, maio/ago. 2010.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

LEITE, Maria Eduarda Pereira. O embate entre sociedade e governo na implementação de uma política pública: uma análise sobre a implementação do Programa Escola Cidadã Integral no Município de João Pessoa–PB. **Sociologias Plurais,** v. 4, n. 3, 2018.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo, EPU/EDUSP, 1976.

PARAÍBA. Secretaria Estadual de Educação. **Diretrizes Operacionais para o funcionamento das escolas estaduais.** 2019a.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Escola Cidadã Integral.** Disponível em: <<https://sites.google.com/view/ecipb>>. Acesso em: 03 jul. 2019b.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015-2025).** João Pessoa, 2015.

TEIXEIRA, Anísio. **A Escola Parque da Bahia.** In: Conferência Nacional de Educação, 3. Salvador, abr. 1967. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/parque.htm>> Acesso em: 30 jun. 2019.